

Senador diz que dívida interna ficará impagável

TARCÍSIO HOLANDA

Apontado como um dos senadores mais dedicados no acompanhamento da situação financeira do País, o senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), vice-líder do Governo, teme que o País possa ser envolvido numa crise de liquidez, a partir de março, lembrando que, de janeiro a outubro, os títulos públicos federais passaram de 63 para 103 bilhões de reais e que, mesmo que os juros se reduzam, como se espera, para 18% no próximo ano, a dívida pública interna poderá crescer para R\$ 200 bilhões, patamar que a tornaria simplesmente impagável.

Uma crise de liquidez no sistema financeiro resultaria do aumento do nível de inadimplência ou, em outras palavras, da incapacidade dos devedores de saldar seus débitos. Um acidente dessa importância teria efeitos devastadores sobre a economia do País, comprometendo a estabilidade econômica obtida com o Plano Real. O senador catarinense reuniu dados que o habilitam a analisar com propriedade a evolução da crise financeira nacional e a prever seus desdobramentos, no próximo ano.

Preocupações — Vilson Kleinubing observa que a previsão de algumas receitas no Orçamento de 96 poderão se frustrar, o que permite prever maiores dificuldades para se obter um relativo equilíbrio das contas públicas. A Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), o imposto do dr. Jatene, foi aprovado no Senado, mas, já se sabe que não passará na Câmara. Isso representa uma perda de R\$ 6 bilhões no próximo ano.

Lembra o senador que o Governo está reduzindo a alíquota de pessoa física no Imposto de Renda, na medida em que se propõe a eliminar a de 35%, matendo, apenas, a de 25%. O imposto sobre o lucro declarado chega a 51%, mas a contribuição social sobre o lucro mais

o Imposto de Renda sofrerão redução para 36%. Os bancos sob processo de fusão podem abater 30% do Imposto de Renda a pagar para compensar possíveis prejuízos. A expectativa, portanto, é de queda na receita do Imposto de Renda, coisa que não se podia prever quando da elaboração da Proposta Orçamentária de 1996.

Por outro lado, os resultados das atividades do Banco Central sempre foram positivos para o Tesouro. Este ano, a previsão é de um saldo negativo de R\$ 4 bilhões. Em 96 será maior o prejuízo do Banco Central, em decorrência do programa de reestruturação do sistema financeiro (fusões e incorporações bancárias). A conta dos depósitos compulsórios, composta pelos 83% dos depósitos à vista recolhidos ao Banco Central, financia o Proer ou reestruturação do sistema bancário.

Já foram consumidos R\$ 4 bilhões na incorporação do Banco Nacional pelo Unibanco e prevê-se que serão gastos pelo Banco Central mais R\$ 3,5 bilhões com a solução do problema Banco Econômico. O Governo estima que esse programa custará R\$ 12 bilhões de reais, enquanto o deputado e ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, sustenta que o custo total não ficará aquém dos R\$ 18 bilhões. O Banco Central emprestará esses recursos à base de TR mais 12% de juros, devendo lançar títulos no mercado para financiar esses empréstimos, pagando juros de 20%/ano. A diferença dos 8% ao ano sobre R\$ 12 bilhões representa R\$ 960 milhões.

O senador Vilson Kleinubing lembra que a redução de 30% no Imposto de Renda dos bancos que entraram no processo de fusões ou incorporações vai custar ao País R\$ 1 bilhão, e lembra que o déficit das contas públicas, em 94, foi de R\$ 831 milhões, subindo para R\$ 2,647 bilhões entre janeiro e outubro de 1995.



Kleinubing: a dívida pública interna poderá chegar a R\$ 200 bilhões no final do próximo ano

Humberto Pradere